

Ex-chefe do TJ-SP liberou R\$ 1,5 mi para si próprio

Valor se refere a benefícios atrasados; tribunal investiga forma de pagamento

Roberto Bellocchi diz que tinha direito a receber recursos da corte, mas não quis comentar valores

UIRÁ MACHADO
DE SÃO PAULO

O desembargador Roberto Bellocchi, ex-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, aprovou para si próprio um pagamento milionário, aponta investigação conduzida pela corte paulista.

Segundo a **Folha** apurou, Bellocchi recebeu cerca de R\$ 1,5 milhão no biênio 2008-2009, quando presidiu o TJ.

De acordo com a investigação, o valor é o maior benefício pago pelo tribunal a um único desembargador.

Bellocchi, hoje aposentado, afirma que os recursos eram créditos a que tinha direito. Ele não quis, porém, comentar o valor recebido, mas diz que o fato de ser presidente à época dos pagamentos não retira sua legitimidade.

Em reportagem publicada ontem pelo jornal "O Estado de S. Paulo", Bellocchi diz ter recebido "500 e poucos mil" para quitar dívidas.

Questionado sobre a legi-

timidade do pagamento, o atual presidente do TJ, Ivan Sartori, disse que não comentaria o caso, mas lembrou que o tribunal deve recursos a magistrados e servidores.

"São créditos acumulados por circunstâncias funcionais: férias não pagas, licença-prêmio e auxílio-moradia", afirma Sartori.

O TJ, que possui uma folha com cerca de 60 mil pagamentos mensais, tem uma dívida com servidores e magistrados que supera os R\$ 3 bilhões, segundo a assessoria da presidência da corte.

A dívida é em regra paga em pequenas parcelas mensais, mas há situações em que o presidente do TJ, após pedido do magistrado e avaliação da Comissão de Orçamento, aprova uma verba maior.

"Em tese, são casos de doença ou alguma desgraça extraordinária", diz Sartori. "E desde que o magistrado tenha direito ao crédito, que seja um pedido bem fundamentado e com um valor proporcional", completa.

Além de Bellocchi, outros 28 magistrados têm pagamentos investigados. Do total, quatro seriam casos mais graves, porque os valores são mais elevados, e as justificativas, mais frágeis. Outros 25

seriam mais legítimos.

O caso de Bellocchi, segundo a **Folha** apurou, está na lista dos mais suspeitos.

Já o desembargador Celso Limongi, que presidiu o TJ no biênio 2006-2007 e recebeu cerca de R\$ 200 mil, está no segundo grupo.

Outros que receberam os benefícios são os ministros do Supremo Tribunal Federal Cezar Peluso e Ricardo Lewandowski. Ex-desembargadores do TJ-SP, os pagamentos aos dois não estão entre os investigados.

No TJ, os benefícios excep-

cionais têm gerado desconforto entre os magistrados.

Embora os recursos sejam devidos e saiam da rubrica "subsídios-indenizações", superpagamentos quebram o princípio constitucional da isonomia, pelo qual todos devem ter tratamento igual.

Já há no tribunal quem afirme que os pagamentos que beneficiaram alguns desembargadores fizeram com que os demais acabassem recebendo menos.

Colaborou DANIEL RONCAGLIA, de São Paulo.

OUTRO LADO

Desembargador diz que 'créditos foram legítimos'

DE SÃO PAULO

O ex-presidente do TJ-SP Roberto Bellocchi afirmou ontem que a questão está superada e que não tem nada a falar sobre ela.

Segundo o desembargador aposentado, o assunto será "encaminhado para providências devidas" do tribunal.

Bellocchi disse houve apenas "créditos legítimos, públicos e parcelados".

"Há situações pessoais que devem ser compreendidas. Privilégios ninguém tem. No Tribunal de Justiça, sempre foi claro sobre isso", afirmou Bellocchi.

Ele afirmou que o fato de ter sido presidente não altera em nada a legitimidade dos pagamentos.

O desembargador lembrou que não foi o único a receber créditos do tipo. "Isso tem em outros tribunais também."

SUSPEITAS NO TJ-SP

Benefícios concedidos pela corte estão em investigação



CRÉDITO

O TJ deve aos magistrados verbas relativas a férias não pagas, licenças-prêmio e auxílio-moradia. Via de regra, os atrasados são pagos em parcelas mensais de pequeno valor



EXCEÇÃO

Em situações extraordinárias —como doença—, desembargadores pedem pagamentos de valores maiores, fora da escala normal. A solicitação é analisada pela Comissão de Orçamento e aprovada pelo presidente do TJ



SUSPEITA

Alguns pedidos teriam sido atendidos de forma privilegiada, sem a devida justificativa. O TJ investiga 29 casos suspeitos

A investigação do TJ aponta 4 pagamentos "com indícios mais graves de irregularidade" (valores altos e justificativas fracas) e 25 "menos graves", mas que estão fora dos padrões

O ex-presidente Roberto Bellocchi, segundo a investigação do TJ, recebeu o maior pagamento —cerca de R\$ 1,5 milhão—, que foi aprovado durante sua presidência na corte